

Documento denuncia a pressão sobre a Amazônia

O ministro do Interior, João Alves, levou aos integrantes da "Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hiléla Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias", mais conhecida por "CPI da Amazônia", documento de 70 páginas apontando o estreito relacionamento entre as pressões que o Brasil vem sofrendo com relação à preservação da Amazônia e o espírito colonialista dos países desenvolvidos, demonstrado pelas inúmeras tentativas de invasão do território brasileiro, ao longo de nossa história. "Enfrentamos hoje uma guerra econômica, disfarçada pela nobreza da defesa ecológica, com raízes muito antigas e objetivos definidos", disse o ministro em sua exposição, reconstituindo, desde o período colonial até hoje, o elenco de manobras externas para interferir na Amazônia.

"As nações que, no passado, invadiram, ocuparam ou ameaçaram invadir e tomar a Amazônia dos brasileiros, para explorá-la em nome do "bem da

humanidade", hoje dizem que o Brasil deve prescindir de sua soberania naquela área, para que a mesma seja preservada como uma espécie de "Jardim do Eden", advertiu João Alves. O ministro do Interior classificou de "hipócrito" a atitude dos países desenvolvidos que instigam a opinião pública mundial, criando um verdadeiro cerco ao Brasil e aos produtos brasileiros, com o pretexto de proteção à ecologia: "o que eles temem é a queda dos preços dos minérios no mercado internacional, o potencial agrícola do Brasil, que tem nos cerrados a maior reserva de áreas agricultáveis do mundo, e a nossa integração com o restante da América Latina".

PRESSÃO

Segundo João Alves, a pressão internacional atualmente exercida sobre o Brasil com relação à Amazônia é a continuidade da idéia colonialista que começou, a partir de 1616, uma luta de quase meio século para expulsar os invasores da Amazônia, formadores das Guianas

(francesa, holandesa e inglesa). A posse legal da Amazônia só foi alcançada em 1750 através do Tratado de Madri, sendo que a primeira viagem de exploração científica do Amazonas pela marinha portuguesa só foi realizada dois anos depois, porque a França já considerava como sua a área hoje correspondente ao Estado do Amapá. A marinha inglesa realizou três expedições pelo rio Amazonas no início do século XIX, sem qualquer autorização prévia.

As maiores agressões à soberania de nosso território começaram a ocorrer nos primórdios da Independência do Brasil, quando em Londres foi criada a "Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, Criação de Gado, Fabricação de Sal e Minerais", para atuar na Amazônia instalando colonos ingleses, escoceses e irlandeses, culminando com a proposta de separação do Território brasileiro. A partir daí a história registra uma sucessão de investidas estrangeiras, como a ocupação do Amapá pelos



Alves: ataque a posição dos países desenvolvidos

franceses, que chegaram a propor à Inglaterra uma ação conjunta na área, estendendo as suas fronteiras até a margem norte do rio Amazonas, e declararam a independência do Amapá, por eles denominado República Cunani. O governo inglês já havia proposto a independência da Amazônia, como um todo, mas não teve colaboração das autoridades locais.

O ministro do Interior destacou que a participação dos americanos foi mais evidente a partir do surgimento de uma teoria estabelecendo que o Amazonas era uma extensão natural do rio Mississippi, já que a Amazônia e o Golfo do México seriam um único complexo geográfico, resultando em diversas expedições exploratórias.

No começo deste século, o chamado "ciclo da borracha" foi marcado por inúmeras concessões a firmas estrangeiras por parte do governo do Amazonas, sendo que algumas já estavam voltadas para a produção mineral. Ao final da Segunda Guerra Mundial, surgiu a idéia

"Instituto Internacional da Hiléla Amazônica", entidade proposta pelo representante da Unesco no Brasil, visando ao desenvolvimento da região segundo critérios supranacionais; projeto rejeitado pela Câmara Federal. Também é dessa época a iniciativa de localizar na Amazônia o Estado de Israel, como solução para os problemas resultantes da II Guerra.

LAGO

João Alves lembrou ainda a histórica proposta de criação de um "Lago Amazônico", de autoria do futurólogo americano Herman Kahn, que em fins dos anos 60 defendia o alagamento de uma área 15 vezes maior que a superfície a ser ocupada por todas as hidrelétricas prevista para construção atualmente pela Eletronorte até o ano de 2010.

"Não podemos negar os erros cometidos no passado, na tentativa de livrar o Brasil do subdesenvolvimento, mas a disposição firme do presidente José Sarney é de corrigi-los e de evitá-los no futuro", disse o ministro.